CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0772/80 - DRE.VP Nº 5206/79
INTERESSADO : VIVIANA ANGÉLICA HERRERA DIAZ
ASSUNTO : Equivalência de estudos e Regularização de vida
escolar
RELATOR : Cons. Gérson Munhoz dos Santos
PARECER CEE Nº 1025 /80 CEPG Aprov.em 25 / 06 /80

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

- 1.1 VIVIANA ANGÉLICA HERRERA DIAZ, filha de José Manoel H. Gonzales e de Emilia Silvia Dias Zenteno, nascida em 03/09/65, em Chuquicamata, Chile, solicitou, em 02/10/76, ao Sr. Diretor da Divisão Regional de Ensino do Vale do Paraíba, São José dos Campos, pronunciamento quanto à equivalência de seus estudos realizados, no Chile, aos cumpridos no sistema brasileiro de ensino.
- 1.2 De acordo com a documentação, devidamente legalizada, juntada ao Processo, é o seguinte o histórico escolar da interessada:
 - estudos
 - 1.2.1 Fez seus primeiros/com 5 séries e o 1º semestre da 6ª série do ensino "básico, na Escola Coeducacional nº 37, Villa Ayquina, em Calama, Chile (fls. 6 a 16).
 - 1.2.2 Em continuação, fez, sem solicitar equivalência de estudos, em 1976, o 2º semestre da 6ª série na EEPSPG "Monteiro Lobato", de Taubaté, São Paulo, sendo promovida para a 7ª série (fls. 17 e 18).
 - 1.2.3 Em 1977, cursou a 7ª série na mesma Escola, sendo retida (fls. 19).
 - 1.2.3 Em 1978, cursou a 7ª série na EEPSPG "Monsenhor João Alves", em Taubaté, sendo novamente retida (fls. 20).
 - 1.2.5 Em 1979, cursou a 7ª série do 1º grau na EEPG "Rymiti-Yassuda", de Pindamonhangaba, quando encaminhou o pedido de equivalência de estudos. (fls. 3).

1.3 É de se estranhar que ambas as escolas de Taubaté: a EEFG "Monteiro Lobato" o a EEPG "Monsenhor João Alves" não tenham adotado as providências para a declaração da equivalência em tempo, afirma o Sr. Supervisor de Ensino da DE de Pindamonhangaba (fls. 23).

1.4 Os citados estabelecimentos não tiveram condições de encaminhar os autos para apreciação e manifestação quanto à equivalência ao órgão competente, porque a interessada não apresentou os documentos originais de transferência com a necessária tradução (fls. 24).

Aliás, expediente com esses originais sem a devida tradução foram encaminhados pela EEFG "Monteiro Lobato" à DE. de pindamonhangaba em 31/03/78 e foi devolvido à Escola em 06/04/78.

Somente em julho de 1979, após insistentes diligências das escolas, esses documentos foram entregues, devidamente legalizados. Então a aluna cursava a 7ª série pela terceira vez consecutiva na EEPG. "Ryoiti Yassuda". A demora parece ter sido motivada, segundo o Sr. Assistente Técnico de Ensino II da DE de pindamonhangaba, por dificuldades financeiras da família(fl. 38).

1.5 Solicitada pela DRE VP, a EEPG. "Monteiro Lobato" informou ainda:

1.5.1 Nada consta no prontuário da aluna a respeito de processo de adaptação visando a integração da interessada, vinda do exterior (fls. 27 e 29);

1.5.2 Não consta também na EEPG. "Monteiro Lobato" de Taubaté qualquer comprovação a respeito do critério utilizado para a promoção da aluna da 6ª para a 7ª série do 1º grau (fls. 27).

1.6 A DRE VP, após minuciosa análise do processo, emitiu o seguinte parecer:

"A vista do exposto, somos de parecer que os estudos realizados por VIVIAM ANGÉLICA HERRERA DIAZ, no Chile, podem ser considerados equivalentes aos cumpridos no Sistema Brasileiro de Ensino, ao nível de Conclusão do 1º semestre da 6ª série do 1º Grau, podendo-se matricular no 2º semestre da mesma série, computando-se-lhe, para fins de avaliação e frequência, apenas os índices relativos a esse semestre (...)" .

1.7 O Sr. Diretor da DRE VP encaminha o processo ao Conselho Estadual de Educação, através da CEI, "a fim de manifestar-se sobre a equivalência de estudos, regularização de matrícula na Escola Estadual de 1º e 2º Graus "Monteiro Lobato", de Taubaté, e homologação dos atos escolares praticados, a partir do 2º semestre de 1976, pela aluna VIVIANA HERRERA DIAZ (fls. 40).

1.8 Por sua vez o Sr. Coordenador da CEI, após fazer a síntese da situação escolar da interessada, em sua conclusão, acolhe as propostas das autoridades pré-opinantes de encaminhar os autos ao Conselho Estadual de Educação, considerando que o caso requer, além do reconhecimento da equivalência de estudos, também a regularização da matrícula e a convalidação dos atos escolares praticados posteriormente pela aluna.

2. APRECIÇÃO:

Trata o presente de regularização de vida escolar da aluna VIVIANA ANGÉLICA HERRERA DIAZ, matriculada na EEPG "Monteiro Lobato", de Taubaté, sem a devida equivalência de estudos, realizados no Chile, aos cumpridos no Sistema Brasileiro de Ensino.

A DRE do Vale do Paraíba, segundo sua atribuição, já se pronunciou a respeito da equivalência dos estudos pelo Parecer nº 11/80 (fls. 37 a 39).

Tendo cursado na Escola Coeducacional nº 37, Villa Ayquina, em Calama, Chile, até o 1º semestre da 6ª série do ensino básico, matriculou-se no Brasil na EEPG "Monteiro Lobato", de Taubaté, nº 3º bimestre da 6ª série em 1978, logrando aprovação nessa série.

Em 1977 na mesma escola cursou a 7ª série sendo retida.

Em 1978 cursou a 7ª série na EEPG "Monsenhor João Alves", em Taubaté, sendo novamente retida.

Em 1979 cursava a 7ª série do 1º Grau na EEPG. "Ryoiti Yassuda", de Pindamonhangaba, quando foi encaminhado o pedido de equivalência de estudos.

Tendo cursado 1 semestre da 6ª série (embora sem / adaptações) e repetido 3 (três) vezes a 7ª série do 1º Grau, não vislumbramos nesta altura necessidade de exigências de adaptações.

Este CEE, em situações semelhantes, tem-se pronunciado favoravelmente a regularização da vida escolar, como nos Pareceres CEE n.ºs. 203/79 e 358/79.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, somos de parecer que os estudos realizados por VIVIAM ANGÉLICA HERRERA DIAZ, no Chile, podem ser considerados equivalentes aos cumpridos no Sistema Brasileiro de Ensino, ao nível de conclusão do 12 semestre da 6ª série do 1º Grau.

Fica convalidada sua matrícula no 2º semestre da 6ª série, computando-se-lhe, para fins de avaliação e frequência, apenas os índices relativos a esse semestre.

Ficam também convalidados os atos escolares praticados subsequentemente.

São Paulo, 11 de junho de 1980

a) Cons. Gérson Munhoz dos Santos
Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu parecer o Voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: Geraldo Rapacci Scabello, Gerson Munhoz dos Santos, Jair de Moraes Neves, Roberto Moreira, Eulálio Gruppi e Honorato De Lucca.

Sala da câmara do Ensino do primeiro Grau, em 11 de junho de 1980.

a) Cons. JAIR DE MORAES NEVES
Presidente

PROCESSO CEE Nº 0772/80

PARECER CEE Nº 1025/80 (fls.5.)

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 25 de junho de 1980

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente